

64º ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL

NILSON VITAL NAVES

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
E do Conselho da Justiça Federal*

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça vem, com eficiência e honradez, há doze anos, acrescentando pinceladas de suma importância – firmes e nas cores certas – à aquarela do Poder Judiciário nacional, desenhada, através dos séculos, por mãos laboriosas, cérebros ilustres e almas idealistas.

O momento que agora vivenciamos me traz à memória um fato que eu diria sintomático: iniciei minha gestão à frente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal visitando o Colégio em um de seus encontros, em Macapá. Também diria sintomático o fato de que, quase ao fim de minha jornada administrativa, aqui estou com o mesmo colegiado, na mais jovem capital brasileira, onde os presidentes se debruçarão sobre temas relevantes cujo debate trará à aquarela novos matizes, imprescindíveis, estou certo, ao aprimoramento da Justiça brasileira.

Por que sintomáticos tais acontecimentos? Sem dúvida, em face do que expressei, porque comungamos, os senhores e eu, ideais nobres acerca do Judiciário. Na verdade, temos lutado, incessantemente, com denodo, muitas vezes nos ferindo no fragor da batalha, em prol de um Poder nos moldes como o que preconizei por ocasião de minha posse: forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante. Sucede que, hoje, mais que ontem, o que querem mesmo é nos enfraquecer. Então se, ali e acolá, se, aqui, neste momento, porque o momento é propício, não dissermos nada, como nos lembrou o poeta, depois já não poderemos



<http://bdjur.stj.gov.br>

dizer mais nada, terão nos levado à luz, conhecido nosso medo e arrancado a voz de nossa garganta.

Fazendo uma retrospectiva desses quase dois anos de gestão, posso assegurar que me sinto realizado, porém não plenamente. Ao desincumbir-me de tão elevada missão, procurei conferir ao Superior Tribunal o perfeito corpo e a correspondente alma. Para tanto, priorizei, no cumprimento das metas estabelecidas, a efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional, pois convicto de que justiça tardia é injustiça qualificada.

Ademais, buscando dar norte não só à Corte que dirijo, mas também ao Judiciário como um todo, lutei pela aprovação de nossas propostas referentes à projetada reforma, a qual se arrasta há muito tempo, todos sabem, pelos corredores do Legislativo.

Realizado, porém não plenamente, repito. Por quê?

Se foi a presidência, por razões mais que conhecidas, um período exaustivo, havendo de se lhe acrescentarem, sucessivos que foram, anteriormente, o período em que cuidei das coisas do Eleitoral e aquele em que estive na vice-presidência, é inegável, penso eu, que, nesses quase dois anos, tive discursos –, ou melhor, tivemo-los juntos –, altaneiros e ressoantes; enfrentamos significativos combates, como disse; alcançamos expressivas vitórias. Todavia um dos discursos, o mais importante, entendo, não encontrou, nos outros Poderes, a guarida que esperávamos: aquele concernente à reforma. Foi o único que não teve resposta pronta e acabada. Queríamos uma sola, e o que se nos apresenta perante os olhos não chega a ser uma sola; quem sabe não se trata apenas de uma meia-sola.

Penso que não estou exagerando. O controle externo, por exemplo, que tentam empurrar-nos goela abaixo, tem a nítida pretensão de macular, de extirpar a independência e a soberania do Judiciário, em flagrante violação de cláusula pétrea da Constituição Federal. Sou contrário, sim; somos contrários, sim – e com opinião inabalável –, à



criação do funesto controle, constituído de pessoas estranhas à função judicante. O que o Superior Tribunal de Justiça defende, porque é racional – e creio ser esse o sentimento da maior parte da magistratura –, é a criação de um conselho composto exclusivamente de membros do próprio Poder. Raciocinando com lucidez, não vemos alternativa. Tal proposta foi reafirmada e reiterada pelo Superior Tribunal na sessão plenária de 16 de fevereiro último, posição que noticiei, por ofício, a todos os Senadores; aos Presidentes do Senado e da Comissão de Constituição e Justiça, bem como ao relator do projeto, levei tais expedientes pessoalmente.

Somos contrários, também, entre outros pontos, à tão extensa quarentena que estão querendo impor aos magistrados: o decurso de três anos após a cessação da atividade judicante para poderem exercer a advocacia. Como justificar tal discriminação? O prazo, no Executivo, não alcança os seis meses. Plausível mesmo é a proposta do Superior Tribunal, isto é, apenas o intervalo de um ano entre o afastamento do cargo e o exercício da advocacia, exigência válida, tão-somente, quando se tratar do tribunal ou juízo do qual se afastou o magistrado.

Será que estamos perdendo a guerra após algumas batalhas ganhas? A resposta, só o tempo, aliado à determinação de cada um de nós, há de revelá-la. Particularmente, preocupa-me sobremaneira o destino do Superior, isso porque, entre outras, as sugestões legislativas apresentadas pelo Tribunal no tocante à distribuição das atuais competências constitucionais não têm sido acolhidas pelos legisladores; por essa razão, tende o Tribunal a se esmaecer, a perder sua real missão – a de zelar irrecorrivelmente pela guarda das leis e dos tratados federais. A proposta da unicidade dos recursos, surgida de inopino e em má hora, será desastrosa para o Superior, em todos os aspectos, sobressaindo o de sua transformação em tribunal de passagem, o que, se concretizado, aumentará os passos do processo, enquanto o que as melhores inteligências recomendam é exatamente a diminuição desses passos.



A conjuntura é preocupante, entretanto de uma coisa estou certo: apenas a fé e a união de todos nós impediram fosse vilipendiada a configuração nacional da magistratura quando, por exemplo, da reforma previdenciária. É inegável que essa mesma fé e essa mesma união, renováveis sempre, impedirão que o controle da magistratura seja vendido como a panacéia de todos os problemas do Judiciário; também impedirão que o propalado controle externo seja instituído.

Assim pensando, sinto-me tranquilo e esperançoso, porque, conquanto, dentro em breve, não mais esteja na presidência, não perderei a voz; dela continuarei fazendo uso para disseminar minhas idéias – idéias que nem sempre agradam a todos. Mas que hei de fazer se, hoje, mais que ontem, mantenho acesa a inquebrantável fé, a teimosa fé que sempre tive nos destinos da Justiça brasileira?

Temos boas razões para comemorar e excelentes razões para continuar lutando pelo Judiciário com o qual sonhamos, que é também anseio de nosso povo.

Estamos num campo de batalha, e o que está em jogo, à mercê da artilharia, é a soberania do Poder Judiciário. Além disso, está em jogo a soberania da própria Constituição, garante maior da cidadania.

Muito obrigado.